



PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA

Cláudia Cardinale Nunes Menezes¹

RESUMO

A legislação sobre a Educação Nacional determina que a escola estruture um conjunto de ações que possam assegurar o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Para que sejam efetivos esses esforços, a inclusão, enquanto uma proposta de política pública estabelece ações que devem ser apresentadas por diferentes agentes, além da instituição escolar, tais como o governo, as instituições formadoras de educadores, as próprias pessoas com necessidades educativas especiais, suas famílias, dentre outras. Partindo destes princípios, buscou-se acompanhar caso específico de aluno com necessidade educativa e com intuito de enriquecer esse estudo realizamos reflexões sobre o processo de inclusão educacional.

Palavras-chave: educação, inclusão, necessidades educacionais

INTRODUÇÃO

Neste artigo será apresentado o estudo de caso de um aluno da 2ª série do Ensino Fundamental do município de Aracaju/SE que apresenta dificuldade em ler e escrever, desde a educação infantil. Com o objetivo de analisar as possíveis causas da dificuldade de aprendizagem apresentada, como também, delinear um retrato da teoria e da práxis que constrói e embasa as necessidades educacionais.

Ressaltamos, desde então, que os princípios da inclusão aplicam-se a todos e não apenas aos alunos com deficiência, necessidades educacionais especiais ou em situação de vulnerabilidade social. A educação inclusiva busca assegurar que os alunos com necessidades educacionais especiais, ou apenas necessidades educacionais possam beneficiar-se do ensino regular.

Nesta perspectiva, espera-se que o trabalho pedagógico da escola proporcione a aprendizagem de todos os alunos, por maiores que sejam as diversidades encontradas em sala de aula. Observando a realidade educacional brasileira, percebe-se que a política atual de ampliação de vagas dentro do sistema escolar, não esta interligada a uma política de inclusão educacional, que seja capaz de assegurar a escola como local de inclusão de todos os alunos. Podemos considerar que o estabelecimento da educação inclusiva ainda é

¹ IFS, especialista, educação e desenvolvimento, mota-claudia@ig.com.br

recente em nosso país, sendo pertinente a reflexão dos profissionais de ensino sobre os conhecimentos teóricos da aprendizagem e da inclusão dos alunos com necessidades educacionais. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE) iniciou-se a mobilização para estruturar um conjunto de ações que pudesse garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola.

Neste contexto, apresentaremos uma visão geral sobre o processo de inclusão, destacando um retrato da teoria que constrói e embasa a práxis para que possamos entender o contexto de desenvolvimento do objeto deste estudo. Foi realizada avaliação das necessidades educacionais do aluno por meio de um atendimento pedagógico especializado, buscando uma compreensão multidimensional dos fatores orgânicos, cognitivos, afetivo-sociais e pedagógicos, observados dentro contexto das articulações sociais que a criança em estudo está inserida. Com a perspectiva de contribuir na orientação dos profissionais da educação e familiares sobre o desenvolvimento educacional da criança em seu convívio dentro da escola, na família e na comunidade, promovendo assim a inclusão educacional.

1. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um viés essencialmente qualitativo, no qual fará uso, principalmente, dos fundamentos teórico-metodológicos em educação e inclusão, de acordo com o proposto por Paín (1985), Weiss (1920); para se pensar o problema de aprendizagem escolar e de Emília Ferreiro, para a interface do processo de alfabetização.

Será apresentada uma visão geral sobre o caso de inclusão educacional, analisando as diversas áreas, por meio de um estudo de caso; embasado pela teoria que constrói a práxis educativa, para que possamos entender o contexto de desenvolvimento do caso. Em função dessa opção, os recursos metodológicos a serem utilizados são a observação e o registro de dados das entrevistas.

O estudo de caso de MASD é composto de várias etapas que se distinguem pelo objetivo da investigação apresentada. Há momentos com a família da criança para a compreensão das relações familiares e sua relação com o modelo de aprendizagem do sujeito; avaliação da produção escolar e dos vínculos com objetos de aprendizagem escolar; de pesquisa sobre os processos de construção e desempenho das estruturas



cognitivas; de análise dos aspectos emocionais, de entrevistas com a escola; etc.

Esses momentos foram estruturados dentro de uma sequência estabelecida de acordo com o estudo. À medida que avançamos na problemática do caso, foi se descobrindo os motivos das dificuldades apresentadas pelo aluno. Os dados foram coletados com a família, escola e com o próprio aluno, considerando os aspectos subjetivos observados nos diversos âmbitos: cognitivo, familiar, pedagógico e social.

Adotamos como referência de estudo o modelo desenvolvido por Weiss (1992). Composto pelas seguintes etapas: Entrevista Familiar Exploratória Situacional (E.F.E.S), Entrevista de Anamnese, Sessões lúdicas centradas na aprendizagem, Complementação com provas e testes, Síntese diagnóstica – Prognóstico, Devolução e Encaminhamento.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos dados obtidos durante o processo de investigação observou-se que o comportamento apresentado pelo aluno reflete questões de múltiplas áreas, resultantes tanto da formação do sujeito, quanto das relações estabelecidas deste com o mundo.

As áreas de estudo se traduzem na observação de diferentes dimensões no processo de aprendizagem: orgânico, cognitivo, emocional, social e pedagógico. Segundo Weiss (1992, p. 22)

A interligação desses aspectos ajudará a construir uma visão gestáltica da pluricausalidade deste fenômeno, possibilitando uma abordagem global do sujeito em suas múltiplas facetas.

A dimensão emocional está ligada ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento e a expressão deste através de uma produção gráfica ou escrita. Trata dos aspectos inconscientes envolvidos no ato de aprender, permitindo-nos levar em conta a vontade do sujeito. Neste caso, o não aprender pode expressar uma dificuldade na relação da criança com seu grupo de amigos ou com a sua família, sendo o sintoma de algo que não vai bem nesta dinâmica.

A dimensão social está relacionada à perspectiva da sociedade, onde estão inseridas a família, o grupo social e a instituição de ensino. Esta área encarrega-se da



constituição dos sujeitos, que responde às relações familiares, grupais e institucionais, em condições socioculturais e econômicas específicas e que contextualizam toda a aprendizagem. Um exemplo de sintoma do não aprender relacionado a este aspecto pode acontecer pelo fato do sujeito estar vivendo realidades com muitas diferenças.

A dimensão cognitiva está relacionada ao desenvolvimento das estruturas cognoscitivas do sujeito aplicadas em diferentes situações. No domínio desta dimensão, devemos incluir a memória, a atenção, a percepção e outros fatores que usualmente são classificados como fatores intelectuais. Esta área encarrega-se de analisar e descrever o processo construtivo do conhecimento pelo sujeito em interação com os outros objetos.

A dimensão pedagógica está relacionada ao conteúdo, metodologia, dinâmica de sala de aula, técnicas educacionais e avaliações ao qual o sujeito é submetido no seu processo de aprendizagem sistemática. A Pedagogia contribui com as diversas abordagens do processo ensino aprendizagem, analisando-o do ponto de vista de quem ensina e de quem aprende.

A Pedagogia não é suficiente para embasar todo o conhecimento necessário deste processo. Desta forma, foi preciso recorrer a outras áreas, no sentido de alcançarmos uma compreensão multifacetada do processo de aprendizagem.

Segundo Paín (1985, p.15),

No processo de aprendizagem coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a tantas outras estruturas teóricas, de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a Epistemologia; referimo-nos principalmente ao materialismo histórico, à teoria piagetiana da inteligência e a teoria psicanalítica de Freud, enquanto instauram a ideologia, a operatividade e o inconsciente.

A dimensão orgânica está relacionada à constituição biofisiológica do sujeito que aprende a medicina e algumas áreas específicas contribuem para o embasamento deste aspecto. Os fundamentos da neurolinguística possibilitam a compreensão dos mecanismos cerebrais que subjazem ao aprimoramento das atividades mentais, sujeitos com alteração nos órgãos sensoriais terão o processo de aprendizagem diferente de outros, pois precisam desenvolver outros recursos para captar material para processar as informações.

Observando as áreas específicas que compõem o ser em sua totalidade, foram identificadas as seguintes situações em relação à criança do nosso estudo de caso.

No aspecto orgânico e corporal a criança não apresentou dificuldades quanto à psicomotricidade e coordenação motora fina, bem como no que tange à lateralidade e relações espaciais. Não apresenta alterações na visão, visto que, a criança não apresentou dificuldades nas visualizações gráficas.

No aspecto emocional percebemos sentimentos de desconfiança e baixa autoestima, além de insegurança nas relações familiares e sociais impedindo vínculos importantes para o seu desenvolvimento afetivo. Podemos citar como exemplo, as críticas que a criança recebe em casa e na escola por não conseguir ler e escrever. Possivelmente, a angústia, o medo e as tensões são direcionados para área corporal durante o sono noturno, a criança apresenta constantes pesadelos.

No aspecto cognitivo e pedagógico não detectou-se alterações importantes quanto à atenção, memória, antecipação, classificação e percepção, pois apresentou distração exclusivamente nas tarefas da escola. A criança apresenta de maneira satisfatória relações espaços-temporais, de causalidade, limitações quanto às operações de cálculo mental e conceito de número – que evidencia um estágio de pensamento operacional-concreto inicial com predomínio no intuitivo; apresentando leitura e escrita no nível silábico. Segundo Ferreiro e Teberosky (1985) é um nível marcado pelo conflito estabelecido pela criança, pois precisa negar a lógica do nível silábico, gerando incapacidade de compreensão daquilo que a criança escreveu; neste momento a criança sente-se sem saída.

Estes aspectos, ao serem analisados separadamente configura um quadro com pistas que podem explicitar mais claramente as causas do comportamento apresentado. Ao integrar os resultados obtidos durante todo o processo de investigação à queixa inicial podemos entender o que sinaliza o a dificuldade da inclusão.

Diante da necessidade de inclusão, no ambiente educacional faz-se necessário, também, uma reflexão sobre o processo de alfabetização, para melhor compreensão das hipóteses que os alunos têm a respeito da língua escrita. Buscando evitar assim, práticas que adiam a escrita e a leitura para quando a criança já for capaz de ler.

Ressaltamos ainda, que as mudanças no conjunto de significados devem ser graduais e precisam de base em conhecimentos prévios. As abordagens cognitivas, sobretudo no quadro da Psicologia Genética de Piaget nos proporcionaram isso. Os estudos psicolinguísticos contribuíram para o entendimento deste processo. Para Piaget (1980), o conhecimento resulta de uma atividade estruturadora por parte do sujeito. Esse conhecimento resulta do próprio comportamento, que gera esquemas de ação, através da

interação do sujeito com o objeto da aprendizagem.

Ferreiro (1996) compreende o desenvolvimento da leitura e da escrita do ponto de vista dos processos de apropriação de um objeto socialmente constituído. Para a autora, o construir o conhecimento, estaria alicerçado em possibilidades que o sujeito obteve para criar o seu conhecimento, perpassando pelos diversos patamares do próprio conhecimento trabalhado e atingindo o saber socialmente elaborado.

O trabalho de Ferreiro (1996) é uma importante contribuição no sentido de considerar a escrita como a representação da linguagem e não como um código de transcrição gráfica de unidades sonoras, considerando um dos primeiros problemas enfrentados pela criança, para desvendar a escrita, a compreensão das marcas sobre o papel e como se realiza esta representação. Percebemos também, que ela considera a criança que aprende como um sujeito ativo que interage de modo produtivo com a alfabetização.

Os postulados de Ferreiro & Teberosky (1985) evidenciam o caráter construtivo das elaborações infantis, sem os quais a aprendizagem pode ser muito dificultada, pois se entende que não adianta ensinar a criança a traçar letras, se não forem oferecidas a ela situações onde a escrita proporcione um momento de reflexão e entendimento, e composto de um real sentido para pensamento infantil.

Ao analisarmos a criança referente ao nosso estudo, percebemos que a mesma apresenta um histórico de vida marcado por baixa autoestima decorrente das reprovações escolares, relacionados à vinculação afetiva que afetam o processo de aprendizagem. A situação é reforçada pelo trabalho pedagógico da escola, marcado por um modelo de aprendizagem limitado ao princípio de acomodação cognitiva, descontextualizado e pautado no estímulo à dependência e nos recursos básicos da memorização.

Observou-se, que o aluno necessitava sempre de aprovação e de modelos a serem seguidos. Ao observar as preferências por *jogos* ou por atividades de *repetição*, podemos perceber que a criança age mais na estrutura da *hiperacomodação*. Uma modalidade de aprendizagem em desequilíbrio quanto aos movimentos de assimilação e acomodação; sintomatizada na hiperacomodação. A relação de ensino-aprendizagem toma diversas formas e modelos, de acordo com Fernandez (2001), as modalidades de aprendizagem, se constroem a partir de uma modalidade de ensinagem.

Segundo Paín (1985, p.47)

A hipoassimilação leva a uma hiperacomodação, fazendo com que o sujeito não busque modificar o objeto do conhecimento para aprendê-lo. A hiperacomodação causa uma pobreza de contato com a subjetividade, superestimulação da imitação, falta de iniciativa, obediência acrítica, submissão. A modalidade de aprendizagem do sujeito na infância está construída nas bases de uma modalidade de aprendizagem familiar.

A criança apresenta ainda, modalidade de aprendizagem marcada pelo aparecimento de condutas dependentes, não toma iniciativa, é queixoso e precisa ser conduzido nas suas produções, necessita de aprovação constante nos trabalhos que realiza. Esse comportamento representa ser o fruto dos constantes fracassos no seu processo de aprendizagem, sendo um tipo de conduta que representa obstáculos quanto à construção e a relação estabelecida com os professores.

O espaço de relação da família é onde se constrói as modalidades de aprendizagem, e na família da criança a dificuldade de aprendizagem tem um significado de deficiência, onde a culpa é exclusiva da própria criança.

Essas dificuldades têm sido pontuadas e reforçadas pela instituição escolar que expressa suas queixas em relação a não aprendizagem do aluno, classificando-o como 'menos apto' e desconsiderando a singularidade do ser em permanente construção. Diante dessa situação, explica-se o distanciamento da criança nas atividades escolares e sua dificuldade de inclusão educacional.

No caso em questão, faz-se necessário que a criança tenha oportunidade de sentir-se como alguém capaz de aprender e que sejam estabelecidas novas vinculações com a aprendizagem escolar, cabendo à família e a escola proporcionar estímulos para que se estruturam nessa criança novas formas de conhecimento, assegurando-a uma aprendizagem significativa. Pois, caso contrário, o resultado poderá ser configurado nas constantes reprovações, estigmatizando-o como aluno problemático e com limitações cognitivas para a aprendizagem, excluindo-o ao invés de incluir.

A escola deve ter como objetivo que os alunos aprendam e que possam torna-se independentes em sua vida. No caso dos alunos com necessidades educacionais, faz-se necessária intervenção dirigida a ensinar aos alunos estratégias de controle de seus processos cognitivos, para isso, um primeiro passo consistirá em conhecer aluno, como aprende, qual é seu potencial de aprendizagem.

Os educadores que trabalham com pessoas com necessidades educacionais devem planejar suas ações no processo de ensino-aprendizagem. Outro aspecto que deve ser observado na educação destas crianças, é que em muitas ocasiões as dificuldades não são apenas cognitivas, mas também, consequência de fatores afetivos.

A inclusão envolve uma concepção de interdisciplinaridade entre as disciplinas do conhecimento, a interação social do aluno em sala de aula, comprometimento dos envolvidos e saudáveis relações afetivas. Esta concepção é fundamental para que a aprendizagem torne-se significativa.

Essas questões precisam orientar a reflexão de todos em sua práxis educativa, buscando a percepção da educação como elemento importante na construção da inclusão tanto educacional, quanto social. Assegurando, assim, uma escola de qualidade que acolhe todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

3. RECOMENDAÇÕES PARA ESCOLA, FAMÍLIA E ALUNO

Quando o assunto envolve questões relacionadas ao estabelecimento de afetividade, ressignificação de aprendizagem, formação de valores e orientação familiar, surge então a emergente necessidade intervenção pedagógica e sem os esforços de pais, professores e da própria criança, a inclusão educacional parece distante.

Podemos considerar que tanto no âmbito da dinâmica do cotidiano escolar quanto familiar, a criança manifesta comportamentos passíveis de reorientação. Depois da análise concluída propomos uma reflexão aos envolvidos no estudo em questão, através de seminário para os profissionais da escola envolvidos com a criança, e para família e criança, um diálogo de orientação.

Para a escola recomendamos trabalho pedagógico que valorize a singularidade do sujeito dentro do grupo e do seu conhecimento prévio de mundo, sendo este pautado em um planejamento flexível, com objetivos claros e estratégia metodológica criativa e desafiadora que combine os diferentes estilos de aprendizagem (sinestésico, visual, auditivo); valorização do conhecimento trazido pela criança; atividades onde a criança desenhe histórias e escreva a fala dos personagens; atividades para a criança e na medida em que ela não conseguir manter a atenção ampliar o tempo de atenção com outras atividades que lhe deem mais prazer; realizar uma atividade de cada vez para facilitar o

entendimento; cautela quanto à sobrecarga de atividades e ansiedade; estabelecer regras claras e simples para serem adotadas no cotidiano escolar; realizar acordos e elogiar o comportamento. Percebemos, também, que o profissional da educação necessita ter conhecimentos multidisciplinares, pois é necessário estabelecer e interpretar dados em várias áreas. O conhecimento dessas áreas fará com que o profissional compreenda o quadro diagnóstico do aluno e favorecerá a escolha da metodologia mais adequada com vistas à superação das necessidades educativas favorecendo a sua inclusão do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

Para a família, recomendamos falar sobre a importância de aprender para a criança; escrever pequenos bilhetes demonstrando a utilização da linguagem escrita como veículos de comunicação; solicitar que a criança faça lista de compras, conte histórias. Se a criança não quiser fazer a lição, conversar e descobrir o motivo, já que pode ser por não ter entendido a matéria. Estabelecer horários para estudar em casa, é importante que a criança tenha tempo para brincar e fazer outras atividades que goste. Escolher um ambiente tranquilo sem barulho de televisão ou rádio, facilitando a concentração. Se a criança não entender um exercício sobre desenho geométrico, por exemplo, busque objetos que estão ao seu redor para explicar. Montar teatrinhos sobre os assuntos estudados ou acrescente músicas explicativas na hora de auxiliar na lição. Fazer experiências para mostrar a criança na prática algum assunto que visto na escola. Não ficar o tempo todo ao lado da criança, para que não se habitue a fazer a lição apenas na companhia dos pais. Nunca estimular a memorização dos temas estudados e peça sempre para explicar o que entendeu. Se não souber responder a uma dúvida da criança, anote e transfira a questão para a professora. Reforçar o ânimo frequentemente ao notar sinais de desânimo e frustração, incentivando-o. Evitar sermões ou críticas longas e ser prudente e sensato quanto às sanções.

Para criança orientamos organização do horário de estudo diário para revisar as matérias do dia. Não deixar para estudar tudo no dia anterior a prova. Estudar num lugar calmo e sem barulho. Procurar esclarecer todas as dúvidas com o professor durante as aulas ou dias de reforço. Alimentar-se antes de ir ao colégio. Procurar desenvolver todas as atividades propostas pelos professores e participar dos trabalhos. Realizar atividades físicas, pois uma boa saúde corporal é fundamental para um bom desempenho na escola. Procurar dormir no mínimo oito horas por dia para não ter sono durante as aulas. O lazer é fundamental para chegar disposto ao colégio. Procurar ter uma vida agradável no colégio e fazer amigos.



CONCLUSÕES

A inclusão educacional é uma prática recente, apresentando como principal finalidade à aceitação e valorização da diversidade do ser humano, sendo a escola o espaço onde deveria ser assegurado o respeito à convivência dentro da diversidade humana. Dessa forma, o trabalho pedagógico da escola deve garantir a inclusão de todos, respeitando as necessidades educativas tanto de alunos portadores de necessidades educativas especiais, quanto daqueles que apresentam apenas necessidades educativas.

A prática pedagógica voltada para a inclusão educacional deve pautar-se em princípios diferentes do tradicional, respeitando as diferenças individuais e proporcionando diversas formas de aprendizagem. Observando sempre, se o aluno que frequenta a sala de aula está conseguindo acompanhar o desenvolvimento da turma, ou se necessita de uma metodologia diferenciada.

Salientamos que o compromisso com a inclusão não é uma tarefa que depende apenas dos profissionais da educação, mas também, do governo, de pais, familiares, enfim, de todos os membros da sociedade. Nesse processo, o respeito à diversidade é elemento fundamental para o processo inclusivo. Apenas assim, estaremos respeitando o direito constitucional à educação, de acordo as suas necessidades, circunstâncias e aspirações de cada ser humano, promovendo, dessa forma, um processo de inclusão responsável e cidadão.

Ressaltamos, também, a importância do profissional de educação em buscar conhecimentos multidisciplinares, pois é necessário estabelecer e interpretar dados em várias áreas. O conhecimento das diversas áreas possibilitará ao profissional, compreensão do quadro do aluno e favorecerá a escolha de metodologia adequada ao processo, com vistas à superação das dificuldades da criança. Para isso, é necessário que haja sempre atualização para estes profissionais, uma vez trabalhando com tantas áreas, e considerando a descoberta e a produção do conhecimento um processo contínuo.

Deve haver uma preocupação na preparação de profissionais, tanto de professores quanto de técnicos dentro das escolas para lidar com esses alunos. A presença de uma equipe técnica capacitada e disposta a trabalhar com essas crianças, ajudá-las a se sentirem parte de seu processo de aprendizagem e de socialização com os demais colegas é fundamental no processo de inclusão.

Podemos concluir que a educação inclusiva abrange todos os alunos, e que o

trabalho pedagógico realizado pelos profissionais da educação e familiares deve procurar proporcionar a aprendizagem, por maiores que sejam as diversidades. Não devemos perder de vista que, as escolas são espaços educativos de construção de sujeitos críticos, onde o trabalho pedagógico desenvolvido deve pautar-se essencialmente no respeito à diferença das relações estabelecidas em toda comunidade escolar, sempre numa perspectiva inclusiva. Sendo assim, o espaço escolar não deve excluir nenhum aluno, deve sim, proporcionar ambiente em que todos os alunos tenham possibilidade de aprender e de sentir-se sujeito do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente**: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PAÍN, Sara. **Diagnostico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnostica dos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Lamparina, 1992.